

Identidade, sertão e cultura no espaço-tempo

Margarida do Amaral Silva¹

Resumo

Este artigo é escrito a partir de uma posição basicamente simpática à afirmação de que a identidade é tão difícil de se limitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional, dinâmico e sócio-histórico. Assim, considerando a(s) identidade(s) a partir de sua complexidade e flexibilidade, este estudo presta-se a expor algumas reformulações acerca desta em interface com a categoria espaço-temporal “sertão”.

Palavras-chave: Identidade-sertão. Práticas culturais. Espaço-tempo.

1 De repente, uma Identidade-sertão

O sertão possui elementos constitutivos de sua denotação que demarcam os traços legítimos da identidade cultural, de modo mais específico, dos territórios brasileiros que configuram o “interior”, o distante, o desabitado e o vasto e esquecido. De fato, o sertão enquanto *espaço público* tende a remeter-nos a uma filosofia política que engloba múltiplos

¹ Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, pela Universidade Católica de Goiás/UCG, onde esteve sob orientação do Prof. Dr. Roque de Barros Laraia/UnB-UCG”. Mestranda em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Goiás/UFG e Doutoranda em Psicologia (Análise do Comportamento), pela Universidade Católica de Goiás/UCG. Profissionalmente, atua na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Artes Visuais/FAV) e na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás/SECTEC.

parâmetros, de natureza geográfica, jurídica, administrativa, sociológica, dentre outras tantas. Mas, enquanto *lugar público* permite que essencialmente que seja indicada uma topologia de referência espacial que configura a existência de interações sociais específicas².

Contudo, a noção espaço-temporal de sertão reitera, comumente, também as noções de “fronteiras” da identidade, de modo que o processo de identificação signifique a vontade de demarcar limites entre “eles” e “nós” e, dessa forma, manter latente o que chamamos de fronteira³. É imprescindível, neste ponto, empreender olhares sobre a análise da identidade a partir do não contentamento com uma abordagem analítica sincrônica espaço-temporalmente, pois, o plano diacrônico de análise permite compreender que não existe uma identidade cultural em si mesma, definível de uma vez por todas (CUCHE, 2002).

A questão, assim, não é saber, por exemplo, quem são na realidade os sertanejos e em quais sertões habitam, mas o que significa recorrer à identificação da construção sócio-histórica da “identidade-sertão”, no âmago do universo simbólico e/ou representativo do Brasil. Pode-se pensar nisso, inclusive, de uma outra forma: nos termos que Giddens (1990) chama de separação entre espaço e lugar. O *lugar*, para ele, é específico, concreto, conhecido, delimitado e familiar – o ponto de práticas sócio-históricas específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente relacionadas. Os lugares permanecem fixos e é neles que temos raízes. Entretanto, o *espaço* pode ser “cruzado” de modo físico e presencial, seja pela informação, pelos passos, pelas palavras, por um trem em movimento.

² Cf. Mons (2000, p. 120-121).

³ Cf. Barth (1995, p. 211).

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, denominadas pela “presença” – por uma atividade localizada [...] A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade [...], os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma invisível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1990, p. 18).

A maneira de “ver do mundo”, enraizada nas expressões singulares humanas, tem descortinado uma *cultura identificadora* que é disposta para explicar o grupo social como uma soma de práticas plurais. Inicialmente, pode-se considerar que o indivíduo reitera o seu tempo e o seu espaço/lugar, por evocar, através da língua e da cultura, os elementos significativos de sua história, uma vez que o “coração” dos fenômenos de identidade se localiza, segundo Cucho (1996 apud WARNIER, 2003, p. 16-17), “nos repertórios de ação, de língua e de cultura que permitem a uma pessoa reconhecer sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com ele”.

E a noção de lugar e tempo, por sua vez, cria o campo das relações de poder que fornecem, também, uma(s) identidade(s) aos grupos, já que “identificar-se” não depende somente do espaço/lugar de nascimento ou das escolhas realizadas pelos indivíduos em seus contextos sociais. Daí, torna-se possível compreender que seria talvez mais pertinente falar-se de *identificação* ao invés de identidade, tendo em vista que a identificação é contextual e flutuante (WARNIER, 2003).

Assim, tempo e espaço/lugar, em especial em um quadro cultural contemporâneo, permite que um mesmo indivíduo ou um mesmo grupo possa

assumir identificações múltiplas que mobilizam diferentes elementos da língua, de cultura, de religião, em função do(s) contexto(s) e dos elementos significativos que o mesmo compreende e suscita.

De fato, as formas dos objetos que nos rodeiam têm este significado. Não estávamos errados ao dizer que eles estão envolta de nós, como sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. São imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quadro, é como se os próprios objetos envelhecessem. [...] Assim, se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. [...] Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2006, p. 158 et. seq.).

Há uma tendência em desconsiderar que o “local” recebe marcas do grupo que abarca, por um processo cíclico e diacrônico de relações sócio-históricas. E, neste contexto, a categoria espaço-temporal “sertão” evidencia-se como uma via de um quadro mundial no qual “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p. 47), uma vez que a identidade rememora, em geral, “um sistema de representação cultural”.

Conforme Cucho (2002, p. 188-189), “com a edificação dos Estados-Nação modernos, a identidade tornou-se um assunto de Estado”, sobretudo, porque busca-se definir uma identidade de referência, a única

verdadeiramente legítima: “a ideologia nacional é uma ideologia de exclusão das diferenças [...] para que a identidade coletiva seja apresentada no singular, seja para si ou para os outros”.

Trata-se de tomar indivíduo e sociedade como portadores de uma “cultura-bússola”, na qual estão imersos os repertórios de ação e de representação da escolha, da cultura, da tradição e dos processos de identificação que preenchem uma função de orientação espaço-temporal (WARNIER, 2003). Assim, neste caso, a identidade-sertão pode ainda ser tomada como “orientação” por meio de sua capacidade representativa de estabelecer relações culturais significativas entre os elementos do meio: pessoas, instituições, acontecimentos.

Uma bússola indica o norte. Antes da invenção da bússola, os homens se situavam em relação ao Oriente, onde o sol se levanta. Eles se “orientavam”. É uma condição necessária à ação. A cultura como bússola facilita a ação. [...] É uma capacidade de acionar referências, esquemas de ação e de comunicação. É um capital de hábitos incorporados que estrutura as atividades dos que as possuem. É o que permite que um Inuit, um parisiense e um pigmeu estabeleça uma relação significativa entre as coisas e as pessoas, e não parta à deriva no mundo que o cerca (WARNIER, 2003, p. 20).

Mas, esse estado de “coisas identificadas” deriva evidência aos processos cuja identificação individual e coletiva pela cultura tem como principal via a produção pela cultura de uma *alteridade-sertão* em relação aos grupos que possuem uma cultura que é diferente. Seria, portanto, válido considerar o pensamento de Charles Taylor (1994, p. 50) que, nesse tocante, afirma que “o traço essencial da vida humana é o seu caráter fundamentalmente dialógico” e, por isso, “o ideal monológico subestima seriamente o lugar do diálogo na vida humana”.

Por conseguinte, é pertinente apontar aqui as relações de *identidade-sertão* e *reconhecimento*, pelo ponto de vista adotado por Oliveira (2006, p. 28), de modo que relevam-se reflexões a respeito dos “outros como doadores de sentido”, pois se um contexto social abriga determinados processos identitários, demonstra que a pluralidade de identidades no contexto de um Estado-Nação também encontra-se encoberta pelas diferenças existentes entre as mesmas.

A análise do que venha a ser a *identidade-sertão*, portanto, vai além da busca pela origem sócio-histórica de ocupação dos territórios brasileiros, pois perpassa pelos processos que definem as semelhanças e as diferenças individuais e coletivas, bem como os repertórios de ação e os discursos humanos. Assim, para que seja empreendida tal análise, a princípio, torna-se indispensável compreender que “os lugares são formas vazias, e que essas formas tendem a se preencher sempre da mesma maneira, ao agregarem conteúdos, primeiro contingentes, depois repetidos, reificados” (BARTHES, 2001, p. 69). E, tais conteúdos, se fazem matéria na constituição do patrimônio⁴ - material e imaterial – que se alçam ao mundo, deixando latentes os símbolos e a possibilidades do espaço/lugar, pela ressonância⁵ que o conota uma certa ambigüidade, o que torna muitos conceitos atados ao que os “olhos dos indivíduos de cultura” conseguem captar.

⁴ A Política Patrimonial Brasileira foi historicamente descrita por Lima Filho (2006, p. 23-24), que destaca os Decretos nº 25, de 1937, e nº 3.551, de 2000, a Lei nº 3.924, de 1961, além das Constituições de 1934, 1937, 1946, e 1988, como instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural brasileiro material e imaterial.

⁵ Gonçalves (2005, p. 19), lançando mão de uma reflexão de Greenblatt, expõe que “por *ressonância* toma-se o poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”.

Em Comte (apud HALBWACHS, 2006, p. 157), “o equilíbrio mental resulta do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade”. Em companhia das suas próprias representações, amarradas aos signos, ao homem sempre sentiu segurança na suposta estabilidade espacial que se sugere: o apego material reflete, tão somente, o consenso de que “as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu”.

Assim, o indivíduo e o espaço, ao longo da história da humanidade, conduziram uma vasta trama de relações históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais etc. Ao ‘abandonar’, de modo relativo, o nomadismo, os “caminhos da identidade” definem-se, agora, pelas construções sócio-históricas edificadas no espaço-tempo⁶.

2 (Re)Significando identidade-sertão no espaço-tempo: tropa, pouso e cidade

Diante do fato da história de edificação das cidades, em geral, se engendrar por categorias multifacetárias e, por elas, traçar um perfil representacional para a edificação dos centros urbanos (“carregados de identidades”), faz-se instigante, neste ponto, lançar mão – na análise sócio-histórica da identidade sertaneja – de determinados enfoques representacionais. Assim, a ênfase nas discussões sobre a apropriação

⁶ “No Brasil, como em outros lugares, os homens pré-históricos dependiam extremante das condições geográficas em relação a suas andanças, a seu tipo de alimentação e à fabricação dos instrumentos necessários a sua sobrevivência. Como conseqüência, em cada região, os grupos humanos, pertencentes a uma tradição cultural, têm de se adaptar às condições locais diversas, enquanto que etnias diferentes, encontrando-se em meio ambiente semelhante, terão grande possibilidade de apresentar respostas culturais convergentes” (PROUS, 1992, p. 35).

humana dos espaços/lugares passa a compreender, neste contexto, os territórios enquanto lugares de memórias e identidades plurais.

Há de se relevar, contudo, os agentes que possibilitaram a constituição das cidades nos sertões do Brasil a partir de repertórios de ação associados ao rancho, ao pouso/pousada e às tropas que, nos percursos longínquos da história brasileira, alicerçam a constituição das cidades no vasto território deste Estado-Nação. Logo, este emaranhado representativo, também derivado da representação histórica do rancho no pouso, pode suscitar, de maneira bastante clara, que cada ato de ocupação territorial compõe uma história singular, no caso brasileiro, de uma existência identitária e/ou vivência de práticas culturais nos sertões.

Segundo Hall (2006, p. 84), o “alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições-de-identidade, juntamente com o aumento de polarização entre elas” pode vir a fortalecer identidades locais ou levar à produção de novas identidades. Então, num mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas ou alargadas, a continuidade e a historicidade da identidade podem ter seu campo de análise multifacetado, em especial, no que refere-se a uma *identidade-sertão* ou às *identidades-sertão*, ambas margeadas por “descobrimiento de novas terras”, por viagens expedicionárias e comerciais interligadas aos pousos das paragens sertanejas - compostas por tropas⁷, boiadas e carros de boi carregados de mantimentos e, acima de tudo, de um “outro olhar cultural”.

⁷ “*Tropa* é termo genuinamente brasileiro com essa significação etimológica. Moraes, no seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, foi talvez quem primeiro assim se referiu a esse vocábulo, consignando-o com o seguinte verbete: ‘têrmo do Brasil, bestas de carga, que fazem o transporte de mercadorias, onde não há vias férreas, ou fluviais, e seguem com os seus condutores como que em caravanas.’ O mesmo dicionarista registra o derivado *tropeiro*, dizendo ser ‘têrmo do Brasil, condutor de tropas;

Quando o Brasil ainda não avia caminho de ferro nem estrada de rodagem; quando o *carro de bois*, gemendo nos cocões, era veículo preferido para o transporte de cargas em terreno pouco acidentado; quando os caminhos nada mais eram do que os espaços naturais entre as árvores ou não passavam das trilhas abertas pelos carregadores humanos e pelas patas da gadaria; quando uma população escassa pulverizava-se numa base física de imensas proporções; quando os núcleos de ocupação se perdiam na vastidão da hinterlândia brasileira, foi a *tropa d muares*, silenciosa e heróica, varando sertões, atravessando ravinhas, rasgando matas, vadeando rios, galgando paredões escarpados, equilibrando-se em abruptos declives, que assegurou – e manteve – a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e civilização para o grupos humanos que se haviam enfiado Brasil a dentro (GOULART, 1961, p. 15, grifo do autor).

Então, ao se estender o foco de reflexão sobre universo que compreende a identidade como um elemento sócio-histórico associado ao advento das *idades do/no sertão*, a situação se complexibiliza ainda mais devido ao conjunto representacional que tange a (i)materialidade “daqueles lugares”: no caso dos sertões do Brasil, quase sempre o rancho que compunha a estrutura do pouso (muitas vezes juntamente com a venda e a capela), derivou a *corrutela*, instituída como *arraial* e/ou *povoado*, que, posteriormente, foi legitimado como *vila* e que, depois, tangenciou a homologação da *cidade* e/ou *município*.

corrutela. S.f. **1.** V. *corruptela*. **2.** Brás. GO. Pequeno arraial formado por garimpeiros na entrada das terras virgens aonde vão a procura de diamante: “Na torre ficava um relógio, luxo exagerado para um corrutela” (Bariani Ortêncio, *Vão dos Angicos*, p. 14); **arraial.** [De *ar*⁻¹ + ant. *reial*, hoje *real*, ‘do rei’.] S.m. **1.** Acampamento (2), especialmente de tropas. **2.** Lugar onde se juntam romeiros, onde há tendas provisórias,

homem que viaja com cavalgadas de carga, e cáfila, onde não há vias férreas e fluviais, negociante que compra e vende tropas de muares’.” (GOULART, 1961, p. 63-64).

barracas de comestíveis, de jogos e diversões, e ornamentado, com música etc. **3.** *P. ext.* Festa popular com barracas de comestíveis, jogos e diversões, etc., semelhante ao arraial (1). **4.** Povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, com a lavra de minérios ou metais raros, etc. **5.** *Bras.* Aldeola, lugarejo (Ididem, p. 168); **povoado.** [Part. De *povoar.*] Adj. **1.** Em que se formou povoação. • S.m. **2.** Pequena aglomeração urbana; lugarejo, vila, aldeia, povoação, povo, póvoa: De *povoados* à beira-mar nasceram modernas cidades (p. 1375); **vila**¹. [Do lat. *villa.*] S.f. **1.** Povoação de categoria superior á de aldeia ou arraial e inferior á de cidade. **2.** Os habitantes da vila (1). **3.** Conjunto de pequenas habitações independentes, em geral idênticas, e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por vis de regra sem caráter de logradouro público; avenida. **4.** *Bras.* Qualquer conjunto de casas que tenha características análogas às da vila (3): *Vila Militar, Vila Kennedy* (no Rio de Janeiro). [Dim. Irreg.: *vileta, vilela, vilota*; dim. deprec.: *vilório, vilória.*] (Ibid., p. 1776); **cidade.** [Do lat. *Civitate.*] S.f. **1.** Complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i. e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe. **2.** Os habitantes da cidade, em conjunto: A *cidade* saiu à rua para aclamar os heróis. **3.** A parte mais antiga ou mais central de uma cidade. **4.** O centro comercial. **5.** *Bras.* Sede de município, independente do número de seus habitantes (p. 403); **município.** [Do lat. *municipiu.*] S.m. **1.** Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores; municipalidade, concelho. **2.** O conjunto dos habitantes do município (1); municipalidade (FERREIRA, 1989, p. 486, 1171, grifo do autor).

Provavelmente, neste ponto, evidenciem-se os motivos que fundamentam o fato dos agrupamentos urbanos dos sertões brasileiros terem sua estrutura geo-política fundada com uma distância média de 35km a 50km entre eles, afinal, esta era a proporção diária – entre extremos - que, de forma planejada, seria percorrida pelos conjuntos de muares (guiados por

garimpeiros, tropeiros, carreiros, e demais “sertanejos”⁸), no decorrer de um dia, a fim de que o arranchamento pudesse ocorrer antes do anoitecer.

O *pouso*, em geral, ficava em uma fazenda, à beira da estrada. Era um grande *rancho* aberto, coberto de sapé ou telhas comuns. Ao seu lado havia um grande cercado, onde os animais deveriam ser soltos para passar a noite. Chama-se “potreiro”, e era sempre servido por um córrego ou ribeirão. O dono do rancho era conhecido como “rancheiro”. Cumpria-lha a manutenção da construção modesta. Verificava o estado e a firmeza das estacas, corria as cercas, mandando, de quando em quando, limpar os pastos. O mais consistia somente cobrar o pouso, o que, mesmo para a época, era “considerado bastante barato”. O pagamento era feito por “cangalha” [...] devido apenas as bestas de carga. Nada se pagava pelo pouso da égua madrinheira nem da besta do arreador, e muito menos pelo pouso dos homens (MAIA; MAIA, 1981, p. 68, grifo do autor).

Por isso, ao se refletir sobre as particularidades da(s) identidade(s) “derivadas dos sertões”, é válido observar que as cidades edificadas, em grande parte do território sertanejo do Brasil (os sertões de dentro e de fora), em geral, são produtos da ocorrência da prática sócio-econômica de longas *jornadas* – tidas às vezes como os dias de trabalho das tropas ou dos carreiros - promovidas por grupos humanos, em peculiares roteiros exploratórios e mercantis pelos sertões. Então, é propício destacar que também a cadeia de relações existentes entre homem e ‘mercadoria’, ou entre as “identidades humanas” e o “espaço-tempo sertão”, promoveram a difusão - e, por muitas vezes, a aglomeração - de grupos humanos por todo o território nacional, o que designou a constituição de “memórias” e identidades de uma *gente brasileira*.

⁸ Neste estudo, o termo “sertanejo” é empregado em sentido lato, de modo que designe, paralelamente, quais indivíduos que tenham ou tiveram relações de apropriação com a categoria espaço-tempo *sertão*.

Portanto, no tocante das discussões sobre a *identidade-sertão*, seja como emblema ou como estigma, a identidade pode então ser instrumentalizada nas relações entre os grupos sociais. Para Bell (1975 apud CUCHE, 2002, p. 197), a “identidade não existe em si mesma, independentemente das estratégias de afirmação dos atores sociais que são ao mesmo tempo o produto e o suporte das lutas sociais e políticas”. Em completo, afirma Bourdieu (1980) que o caráter estratégico da identidade não implica necessariamente uma perfeita consciência dos objetivos buscados pelos indivíduos, tendo como vantagem o fato de “dar conta” dos fenômenos de eclipse e de despertar de identidade.

Assim, reflexões amparadas no “limite das identidades”, ficam mais correlatas pelo foco adotado por Bourdieu (2006, p. 11) ao relatar que “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção), uma vez que a identidade não é tão “delimitável e definível”, precisamente, devido ao seu caráter multidimensional e dinâmico.

É isto que lhe confere sua complexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações. Para sublimar esta dimensão mutável da identidade que não chega mais a uma solução definitiva, certos autores utilizam o conceito de “estratégia de identidade”. Nesta perspectiva, a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica (CUCHE, 2002, 196).

Há de se considerar, entretanto, que o relativismo, implícito nos processos sócio-históricos interligados a noções, aqui construídas, sobre a

identidade-sertão também podem ser complementados, por outro viés, pela enfoque de Eagleton (2005, p. 28) que releva que o “pluralismo pressupõe identidade, assim como hibridização pressupõe pureza, pois só se pode hibridizar uma cultura que é pura”. Por outro tónus, este autor ainda diz que a pluralização nem sempre é compatível com a manutenção de um caráter positivo do conceito de cultura, porque pode gerar uma decomposição na idéia de cultura de modo que esta comece a se descaracterizar enquanto representação social.

Said (SAID,2005) que sugere que todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas. É válido tornar evidente, portanto, que o terreno que ampara as discussões sobre identidade, tanto no espaço-tempo sertão, quanto em outros “espaços-categorias”, traz a tona que, assim como a noção de cultura popular, a idéia de identidade, desde suas origens, é provida de ambiguidade semântica, devido a polissemia de cada um dos termos que a compõe.

Em vista disso, este contexto de análise da cultura e da identidade “híbrida e plural” do sertanejo faz-se de demasiada amplitude sócio-histórica, porque compreende o “resultado” daquilo que foi a soma de inúmeros elementos constitutivos e representacionais de práticas culturais e de *identidades-sertão*, tais como o “rancho” que, de acordo com Maia e Maia (1981, p. 68-70) abrigou “cada tropeiro que ia chegando, e batendo seus lotes e fazendo seu beco, tudo debaixo do rancho”, porque havia respeito “ao horário do tropeiro arranchar”, e, nesse momento, após o passo a passo lento

das longas viagens pelos sertões, “surgia o *rancho*, para o necessário *repouso*”⁹.

Destarte, os tropeiros que, em Araújo (2003, p. 15), são caracterizados como “grupos de homens transportando regularmente manadas de gado *vacum*, cavalar ou mular – as tropas”, despontam e residem, por séculos, nos meandros da vasta rede cultural, simbólica e comercial que os sertões do Brasil proporcionaram, sem alocarem-se com notoriedade nas discussões que evidenciam as culturas nacionais não apenas como instituições culturais, mas também como “símbolos e representações, pois uma cultura nacional é um *discurso* – um modo organizado de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50).

3 Práticas culturais: um “trabalho” identitário

O burro e o boi, com ênfase, foram os personagens que arrastaram os largos suportes de edificação das cidades, guiados pelo caminheiro dos ásperos “sertões-reais” brasileiros.

A invenção do carro de rodas e a exploração de forças animais, principalmente a sua adaptação à tração dos veículos, foram marcos miliários na marcha evolutiva da humanidade. Com essa máquina e com essa força motora, os povos iniciaram as grandes conquistas da civilização de que hoje somos felizes usufrutuários: tão útil a primeira e tão prestimosa a

⁹ “A grande cobertura em que se constituía um *rancho* tinha geralmente a forma retangular. Não havia paredes, mas apenas os fortes esteios de graúna e jacarandá, sustentando a armação do telhado, toda ela de paus roliços. Para o caibramento eram muito procurados a *jiçara*, o *jacaré* e a *casca-de-arroz*, por serem longos e retos. As ripas eram sempre de *jiçara*, resistentes e duradouras, e a cobertura era de *sapé* ou telha comum, de canal. Em todo *rancho*, havia uma série de estacas fora da cobertura, onde os burros eram amarrados dois a dois, para serem descarregados e desencalhados”.

segunda que até os dias que correm não se pode prescindir de seus serviços em grandes áreas do planeta que habitamos. Restringindo-nos ao carro tirado por bovinos, um dos mais antigos veículos utilizados pelo homem, sobretudo nas fainas rurais, verifica-se, antes do mais, que ele não é um instrumento de cultura universal. O seu domínio geográfico, desde a mais alta antigüidade, se limita a determinadas regiões da terra. [...] Na América, o “carro cantador”, trazido pelos colonizadores portugueses e espanhóis, é encontrado ainda hoje no México, nas repúblicas da América Central, em ilhas do arquipélago das Antilhas (Taiti), em quase todos os países da América do Sul, principalmente na Bolívia e em quase todo o Brasil (SOUZA, 1958, p. 95, 97, grifo nosso).

Faz-se notório que, no contexto contemporâneo, ainda se remonta com pequena significância nos “enredos” sobre os caminhos das tropas e dos sertanejos, que a prática do trabalho, nos territórios-sertões, era pautada na relação do homem com o homem, e do homem com o meio: foi a prática cultural mercantil que empreendeu “produção de instituições como campo de realização dessas práticas”¹⁰. E, tais instituições são, meramente, o compêndio de estruturas localizadas em um espaço-tempo específico e, ainda, caracterizado por determinados modos de atuação no mundo – “edificação identitária” - através do trabalho.

Logo, principalmente no caso de centros urbanos derivados das práticas culturais de imersão nos sertões, os processos de ação de indivíduos reais contribuíram para engendrar o elemento humano nos discursos

¹⁰ “A prática é a inter-relação sujeito-sujeito (entre elementos institucionais) e a relação sujeito-objecto (da esfera das instituições com a natureza) [...] Uma instituição é uma instituição em relação; a relação é a produção de instituições; e a relação é prática. Assim, não há prática não institucionalizada” (BERNARDO, 1991, p. 17).

históricos, econômicos, sociais e “plurais”, de modo a perpetuar, quase que só imaterialmente, existência de “vozes nos sertões-do-passado”¹¹.

A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de fato comprovável é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e, como conseqüência disso, seu comportamento em relação ao resto da natureza [...] Podemos distinguir o homem dos demais animais pela consciência, pela religião, ou pelo que se quiser. Porém, o próprio homem se diferencia dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este condicionado pela sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX, 1992, p. 169).

E, provavelmente, a esfera de um grande número de cidades brasileiras, aqui vistas como erigidas pelo/no contexto do *rancho* e do *pouso* – que tem uma imagem formada pela composição ora de tropas, ora boiadas e, sobretudo, pelo elemento portador de cultura (o homem) -, seja vislumbrada também como espaço-tempo de mobilidade singular, pela natureza histórico-social que fundamentou a sua constituição e processos de transformação dos espaços “sertanejos” do Brasil.

Portanto, aqui reside uma máxima de interpretação para o fato da *tropa* e do *carro de bois*, assim como o rancho, o pouso, o tropeiro e o boiadeiro ou vaqueiro¹², figurarem como signos elementares na formação da

¹¹ “A população é uma abstração se se desprezam, por exemplo, as classes de que se compõe. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia, se se ignoram os elementos sobre os quais repousam, como por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, o dinheiro (a mercadoria), o preço etc.” (MARX et al, 1992, p.165).

¹² Para Cascudo (2001, p. 55), o boiadeiro é aquele que, para guiar a boiada, vão cantando, “para serem desta sorte seguidos pelo gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as, e tendo cuidado, que não saiam do caminho e se amontoem nas passagens d’alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na

identidade-sertão elementar de nosso Estado-Nação. Afinal, desde que os primeiros registros sobre as tropas e os carros de bois, especialmente no território sul-americano, ficaram evidentes, houve também o desencadear de múltiplas práticas culturais que se somaram aos processos de constituição identitária de diversos grupos sociais. Conseqüentemente, o produto da ação humana fica em voga, mas em nova roupagem, que agora é expressa pela *identidade-sertão* que está “aqui-e-ali”, desde o rancho no pouso aos dos percursos das tropas pelos territórios nacionais que outrora eram de alguém e de ninguém.

Assim, ao se retomar a entrada da cidade dos sertões brasileiros na História, por nova via, sobretudo o que se pretende é apresentar que os caminhos nos/pelos sertões-reais não se restringiram, somente, a um processo de captação dos materiais concretos de que a natureza é depositária. Há, também, um retrato dos moldes através dos quais os indivíduos são capazes de fazer circular produtos imateriais, no tónus de muitas sociedades, de maneira que foram se (re)criando hábitos e se apropriando do espaço-tempo que sedimenta, inclusive, as identidades culturais de muitos agrupamentos humanos do Brasil.

“A partir das incursões ao interior, os primeiros arraiais e roças foram estabelecidos, visando à manutenção das expedições. Conforme atesta Monteiro (1995, p. 90), em casos de expedições mais abrangentes e longas eram estabelecidos nos sertões pequenos ou roças, situados em pontos estratégicos, com vistas a abastecer os sertanistas. Eventualmente, continua o mesmo autor, alguns desses arraiais se desenvolviam em povoados, sobretudo nas rotas para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso” (REZENDE, 2000, p. 49).

cabeça, e nadando, mostra às reses o vão, por onde hão de passar [...] ao homem que seu cavalo guia a boiada, oito mil réis”.

O carro de bois, por isso, como o “primeiro veículo que rodou em terras do Brasil”, realça o eixo central da sociedade brasileira - legitimada pela presença humana ao longo do vasto território nacional -, na medida em que fomentou a expansão urbana, por muitos séculos, (i) materializando, disseminando e unificando usos e costumes (identidades-sertão), no variados recantos do Brasil ¹³.

Transportando materiais de construção e produtos da terra – o pau-brasil, madeiras, a cana-de-açúcar entre os primeiros -, mercadorias e pessoas, surpreendendo-lo nos primórdios da nossa ‘civilização’, representando papel relevante na sua função de único meio de transportes pesados por terra, ligando ademais os estabelecimentos humanos, isolados ou agrupados [...]. Na construção de vilas e cidades, no estabelecimento dos primeiros domínios rurais, na exploração das riquezas florestais, nos labores das primeiras culturas aparece sempre o pesado veículo de duas rodas maciças tirado por bois, que foram dentre os primeiros animais introduzidos pelos colonizadores no Brasil. [...] Esteve presente, o carro de bois, em toda a mobilização da nossa riqueza econômica, senão até em toda a nossa “evolução” social (SOUZA, 1958, p. 103).

É impossível, todavia, realçar apenas os remanescentes físicos dos espaços-tempos, porque a cultura é (i) material e processual. As práticas culturais, de modo contínuo, sofrem processos de ressignificação que, para Mumford (1998, p. 11), “agita-se entre dois pólos: movimento e repouso”. O autor reitera, ainda, que “em todos os níveis da vida, troca-se mobilidade pela segurança ou, ao contrário, imobilidade pela aventura”.

Esta tendência humana em oscilar-se entre fixação ou repouso e a mobilidade ou movimento é, por certo, o ponto culminante para tecer afirmativas sobre a função primeira dos tropeiros e boiadeiros (tropas e

¹³ Ver Souza (1958, p. 101), no capítulo intitulado Introdução do carro de bois no Brasil e suas primeiras utilidades.

comitivas de carros com tração animal) na formação de aglomerações humanas e *identidades-sertão* no Brasil. Nesse sentido, as contribuições dos “homens do passado” tornam-se ainda mais significativas porque evidenciam os processos de “superadaptação” do sujeito, pela presença/ausência de mobilidade espaço-temporal nos sertões brasileiros.

Pode-se dizer que o Brasil é um país de intensa mobilidade espacial. A origem da colonização brasileira e a afirmação do uso de um território para produzir bens para a economia internacional, formando uma economia extravertida, criou um território cindido. Inicialmente, a cisão se deu em dois sentidos: o litoral e o sertão; o Norte e o Sul. Posteriormente, essa cisão se desdobrou formando o que alguns autores chamam de modelo de arquipélago. Ou seja, em cada uma de suas fases históricas, a montagem da sociedade brasileira no território nacional criava o que Milton Santos (1992) chamava de zonas opacas e zonas luminosas. O fato é que o País não era cindido apenas na sua estrutura territorial e nas dimensões temporais dos diferentes lugares e regiões. A cisão essencial é, desde o princípio, social (RODRIGUES; CHAVEIRO, 2007, p. 33).

Pensar a “morada coletiva”, a partir dos moldes do *rancho* ou do *posso* simplesmente evidencia que nada, nas sociedades, é alheio à dinamicidade¹⁴. E isso se comprova na própria história constituída com base inicial nos aglomerados “rurais-urbanos” brasileiros e na composição humana que neles se fazia presente. Contudo, a dissolução material que o tempo proporciona à matéria, não deve ser estendida aos campos da representação sem a compreensão de que a memória e a identidade também residem nas pessoas, que a resguardam por meio das práticas culturais imortalizadas pelos

¹⁴ A morada coletiva é, para Mumford (1998, p. 12), o que aproximou os seres humanos da chamada “vida civilizada” e, por consequência, da ciência dos meios de ‘edificação’ de cidades.

usos e costumes. E, por conseguinte, a composição humana das sociedades é o que a fundamenta, restringindo-as ou expandindo-as.

Em se tratando de Brasil, tem-se por tendência ignorar os grupos que fizeram parte da “cultura de aldeia” - incorporada à unidade urbana e sócio-cultural do Estado-nação, a partir da denominação de rancho (pouso ou pousada), corrutela, arraial, povoado, vila e cidade¹⁵. Os “tipos humanos” portadores de diversificados perfis identitários, em especial na cadeia de transição do pouso para a cidade, se fizeram presentes para diferir e unificar grupos dentro do um mesmo grupo, promovendo o caráter multidiversificado daqueles aos quais se definiria, mais tarde, como “cidadãos”.

A composição humana da nova unidade (a cidade) tornou-se mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacionais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou-se uma unidade superior (MUMFORD, 1998, p. 37-38).

¹⁵ “Por toda parte, a *aldeia* é um agrupamento de famílias, variando talvez entre meia dúzia e três vintenas, cada qual com o seu próprio lar, seu próprio deus doméstico, seu próprio oratório, seu próprio cemitério [...]. Falando a mesma língua, encontrando-se sob a mesma árvore [...], andando pelo mesmo caminho batido pelo gado, cada família segue o mesmo modo de vida e participa dos mesmos trabalhos. [...] Quem olha o rosto de seu vizinho, enxerga a própria imagem. Na maior parte, o tempo dissolveu a estrutura material da aldeia na paisagem: somente seus cacos e conchas podem reclamar permanência; mas a estrutura social permaneceu rija e durável, pois é baseada em preceitos ditados, histórias de famílias, exemplos heróicos, injunções morais, conservados como tesouros e passados sem deformação dos velhos para os jovens” (MUMFORD, 1998, p. 25).

No amplo território brasileiro, a transformação, a longo prazo, do pouso em arraial, povoado, vila, cidades, ou quaisquer outras formas que assumem os grupos humanos aglomerados, ressignifica o papel do “sujeito do trabalho” que antes, tão somente, veio a contribuir para o desenvolvimento econômico da nação. Na História de agora, tropeiros, boiadeiros e carreiros refletem mais do que a força que consolida estruturas funcionais materializadas, pois são portadores sócio-históricos de práticas culturais ou representações simbólicas que derivaram as *identidades-sertão* do Estado-Nação brasileiro.

O tropeiro, o boiadeiro e/ou o carreiro, por essa via, equivalem ao eixo que “semeou” lugares e épocas pelos sertões do Brasil a fora: esta é a expansão feita pelo percurso nos territórios que abrigava paralelamente o mito e o novo de outrora. Representações e símbolos foram ancorados nos sertões-reais pela presença dos elementos humanos, e seus animais, que agiram como constituintes de um universo simbólico disseminado por outros tantos caminhos e rotas de profunda diversidade espaço-temporal e cultural.

A tropa de muares, como um sistema de transporte, já organizado, ficou restrita, praticamente, a determinada área do território nacional, ou mais precisamente, à parte central do Brasil. [...] Grupos de animais cargueiros foram muito comuns em todo o país; e até hoje são eles encontrados, pelos caminhos do interior, apesar do ritmo acelerado em que as rodovias e ferrovias estão penetrando a hinterlândia brasileira. Mas, com aquela característica que a diferenciava dos demais lotes de animais de carga, a *tropa de muares* foi sistema de transporte que, pode dizer, cingiu-se a uma área demarcada, embora imensa, qual seja a compreendida pelos atuais Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. [...] Onde se podia fazer transporte de carga em canoas, barcaças e outros barcos, não se recorria a muares. Veja-se que mesmo o Rio Grande do Sul, o celeiro de mulas, que supriu por muitos anos

as províncias do Norte, a tropa de muares não chegou a ser utilizada. Dada à suavidade da topografia, as populações do Extremo-Sul recorriam aos veículos de tração animal, como as carretas, carroções etc. (GOULART, 1961, p. 87 et seq.).

Por isso, ao falar de sertões e sertanejos, é impossível desconsiderar, no percurso da história, as teias de relações do homem com o território nos demais espaços-tempos do Brasil, responsáveis pelo encadeamento de símbolos e representações calcadas nos lombos das tropas de muares¹⁶ e carros de bois cargueiros¹⁷ que recortaram os terrenos do *nada* e dos grandes *desertos*. O trabalho, por práticas culturais mercantis, compôs o enredo, definiu destinos e, de algum modo, os cristalizou nas paragens advindas das rotas do comércio e do transporte que fez erigir verias das cidades da Nação brasileira. E “enredo sertanejo” continuou vivo pelas “palavras” de alguém que contou a outrem tudo sobre o universo das paragens nos grandes sertões.

O sertanejo tornou-se, certamente por ser produto e produtor de discursos, um outro “alegorista da cidade”, de Rouanet (apud FREITAG, 2006, p. 33), cujo olhar de agora é “detentor de todas as significações urbanas, do saber integral da cidade, do seu perto e do seu longe – longe espacial –, do seu presente e do seu passado, reconhecendo-a sempre em seu

¹⁶ “A tropa de muares, na sua amplitude, se constituía do grupo de animais – burros e bestas – muita vez somando dezenas deles, e o conjunto humano que integrava composto do *tropeiro*, dos *camaradas* e do *cozinheiro*. [...] Quando a tropa reunia grande número de animais, ou se por qualquer outra razão, o tropeiro assim quisesse, incluía-se mais um elemento: o *arreeiro*. Sem a conjunção perfeita dos homens com os animais, entendendo-se, não havia tropa” (GOULART, 1961, p. 65).

¹⁷ “O carro de bois foi o veículo usado no Brasil na condução de materiais para a edificação das primeiras povoações, vilas e cidades, e não deixou de ser também, em nossas origens, o veículo de transporte das primeiras riquezas que começaram a ser exploradas nas terras brasileiras” (SOUZA, 1958, p. 107).

verdadeiro rosto – um rosto surrealista”, através do qual o sertão é a “paisagem” da natureza e do seu lado interior.¹⁸

Em Le Goff (2006, p. 207, 210), lê-se que “a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo”, porque é o jogo de organização temporal que permite aos sujeitos desenvolver as dimensões de sua própria história. O autor completa que ao “tratarmos os acontecimentos que a história do nosso grupo social nos fornece, tínhamos tratado de nossa própria história, porque ambas se confundem”.

Compreender o tempo e o espaço, multilateralmente, é deixar o estado de repouso, recorrendo ao movimento das memórias e das identidades que não cessam de se (re)configurar, no seio dos grupos humanos. No entanto, se o “viajante moderno”, criado por Baudelaire¹⁹ (apud.FREITAG, 2006, p. 32, grifo nosso) , “passeia pela cidade, não mais como peregrino, mas como *flâneur*”, íntimo das ruas e demais espaços urbanos, é porque os sente como parte sensível de seu próprio organismo vivo.

A *identidade-sertão*, aqui neste território de “coisas (in)tangíveis”, poderia vir a ser o espelho para qual o homem que nele reside, capta e repele - ou converge - as imagens e os ecos dos muitos espaços que muitos lugares desertos também abrigaram em seu percurso histórico e social. É neste momento que o viajante dos sertões-reais redescobre que o espaço-tempo das paisagens (imagens) detém significações das práticas culturais humanas e, o

¹⁸ Em “Viagem no espaço: a cidade” explora a riqueza dos tipos alegóricos que Walter Benjamin criara.

¹⁹ Cf. Freitag (2006, p. 32, grifo nosso), *Teorias da cidade*. “O *flâneur* é o verdadeiro descobridor da cidade moderna do século XIX, criado em verdade por Baudelaire, mas transformado em herói sem caráter por Benjamin”. [...] [O *flâneur*] busca asilo na multidão [...]. A multidão é o véu através do qual a cidade familiar acena para o *flâneur*, como uma fantasmagoria. [...] Na rua ele observa os passantes que dão e recebem choques, movimentando-se na massa, como autômatos. Percorre as ruas, morada do coletivo, está em casa nelas como se tivesse em sua residência”.

seu desvendamento, se faz um convite àquele peregrino do que hoje se faz Estado-Nação.

Daí, fica também em evidência a existência de tantos sertões dentro de “um mesmo mundo de coisas”, que é o Brasil: o comércio, como “força produtiva”, fomentou o intercâmbio interno que direcionou também as identidades culturais, configuradas em sertões brasileiros, a veicularem “convites interpretativos”. A cultura e a identidade, assim, como produtos dos homens, herdadas e ressignificadas por outros homens, reiteram a existência da apropriação do signo “sertão”.

O espaço-tempo que estruturou os roteiros do homem nos/pelos sertões, constantemente, reitera a necessidade de análise dos vários caminhos que a História se propõe a trilhar para conceder aos “enredos sócio-históricos” toda a sua (ir)relevância. E a análise destes, de repente, pode (re)conduzir o olhar de muitos “intérpretes entusiasmados” aos pontos nos quais à luz ‘oficial’ não mais alcança, derivando novas formas de manusear a palavra imortalizada pela escrita que, de modo geral, designa, como dificilmente poderia deixar de ser, a interpretação como um fato sociocultural contido no interior de muitos outros fatos ou, ainda, a margens deles.

Identity, hinterland and culture in the space-time

Abstract

This article is written from a basically likeable position to the affirmation of that the identity is so difficult of if limiting and if defining, necessarily in reason of its multidimensional, dynamic character and partner-description. Thus, considering(s) the identity(s) from its complexity and

flexibility, this study one is useful to display some reformularizations to it concerning this in interface with the category space-weather “hinterland”.

Keywords: Identity-hinterland. Practical cultural. Space-time.

Referências

- ARAÚJO, Homero da Costa. *Caminho das tropas*. Florianópolis: Insular, 2003.
- BARTH, Fredrik. Lês groupesethiniques et leurs frontières. In: PORTIGNAT, Streiff-Fenart J. *Théories de l'ethnicité*. Paris: PUF, 1995.
- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: M. Fontes, 2001.
- BERNARDO, João. *Dialéctica da prática e da ideologia*. São Paulo: Cortez; Porto, Portugal: Afrontamento, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. L'identité et la representation. *Actes de Recherche em Sciences Sociales*, [S.l.], n. 35, p. 63-72, 1980.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.
- FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stewart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Maria (Org.). *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Universidade de Taubaté, 1981.

MARX, Karl et al. *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Moraes, 1992.

MONS, Alain. *A metáfora social: imagem, território, comunicação*. Porto, Portugal: Rés Editora, 2000.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: M. Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: UNESP, 2006.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

REZENDE, Tânia Ferreira. *Discursos e identidade etnocultural na comunidade de Pombal-GO*. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

RODRIGUES, Uelinton Barbosa; CHAVEIRO, Eguimar Felício. O processo de 'ir' e 'vir'. *Revista Sociologia Ciência & Vida Especial*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 30-37, ago. 2007.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Bernardino José de. *O ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme: différence er démocratie*. Paris: Aubier, 1994.

WANIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.